

GUIA PRÁTICO PARA JORNALISTAS

Cobertura jornalística sobre a violência, abuso sexual e exploração da criança



Introdução

No âmbito da quinzena da criança – de 1 a 16 de Junho – que este ano se comemora sob o lema “Combatendo o Tráfico, o Abuso e a Exploração da Criança”, vários parceiros, incluindo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) e o Instituto de Comunicação Social da África Austral (MISA), organizaram um encontro com jornalistas e editores de vários media nacionais.

O encontro foi agendado com a participação de especialistas de várias organizações e entidades envolvidas na protecção dos direitos da criança em Moçambique, tendo como um dos objectivos abordar com jornalistas e editores como os media podem melhor contribuir para o combate ao tráfico, violência, abuso e exploração de crianças.

Para melhor consubstanciar o debate, o UNICEF preparou este breve guia prático com base em documentos sobre este assunto publicados pelo UNICEF e outros parceiros a nível global. O objectivo não é dizer o que se deve ou não fazer, mas sim mobilizar os media a abordar sempre as várias dimensões da situação de vulnerabilidade das crianças, e assegurar que nos seus esforços de levar ao conhecimento público casos de violações do direito da criança, não acabem os media por violar também alguns desses direitos.

Assim, este guia prático providencia informações pertinentes sobre aspectos éticos e questões importantes a abordar na cobertura jornalística do tráfico, violência, abuso e exploração da criança.

Uma breve análise – não científica nem exaustiva, mas apenas ilustrativa – da tendência da cobertura feita pela imprensa no primeiro semestre deste ano, é também aqui apresentada para debate sobre as actuais práticas jornalísticas no país e sugestão de recomendações.

Maputo, Junho 2007

Como reportar sobre violência, tráfico e abuso de crianças

Questões éticas a considerar

- Verifique se o seu artigo sobre abuso sexual ou exploração comercial da criança é escrupulosamente fiel aos factos.
- Verifique se o choque que o seu artigo pode causar não é exagerado, mesmo quando expõe actividades criminosas ou negligência das autoridades.
- Verifique o potencial impacto do artigo sobre as crianças envolvidas, e se sistemas de apoio para as proteger foram estabelecidos.
- Verifique sempre se é possível e apropriado dar espaço para a criança falar por si própria no seu artigo.
- Verifique se retratou a criança como vítima de abuso ou exploração, como criminosa ou ser humano com direitos e dignidade.
- O abuso de menores deve ser reportado. Mas reportá-lo exclusivamente do ponto de vista dos seus elementos dramáticos e não incluir outros elementos que afectam as crianças, leva a que as crianças sejam estereotipadas como vítimas sem amparo, e não como seres humanos com direitos.
- As pessoas próximas da situação da criança e capazes de melhor julgar a situação devem ser consultadas sobre as ramificações políticas, sociais e culturais de qualquer reportagem sobre tráfico, abuso, exploração e violência contra crianças.
- Mude sempre o nome da criança na notícia/reportagem e evite mostrar a sua identidade visual nos casos em que a criança é vítima de abuso sexual ou exploração, perpetradora de abuso sexual ou físico, acusada ou mesmo condenada por crime.

Como proteger a identidade de crianças nos media visuais?

“Se fosse minha criança como gostaria que fosse retratada?”

- Se é importante que a identidade da criança seja obscurecida, e após as medidas para a sua ocultação se continua a considerar existir potencial de a mesma ser revelada de alguma forma, então a estória não deve ser publicada.
- Evite imagens que estereotipem ou ponham em causa o direito da criança à dignidade.
- Obtenha previamente permissão da criança e seu tutor para captação e uso de imagem (fotográfica, vídeo, etc), de preferência por escrito.
- Evite usar imagens tiradas num contexto para ilustrar situações em diferente contexto.

- Se decidir não identificar a criança, assegure que as medidas de protecção são adequadas. A barra negra cobrindo os olhos é frequentemente usada, mas não é o mais efectivo. Tente encontrar meios alternativos.
- Evite manipulações digitais das imagens que alterem ou distorçam o contexto real.
- Evite o sensacionalismo no uso de imagens.
- Verifique se as imagens usadas no seu artigo não parecem sexualizar as crianças e dar a impressão de que a criança é uma participante voluntária no abuso e ou exploração.
- Como regra geral, não divulgue a identidade da criança que é perpetradora ou vítima de violência, abuso ou crime, a menos que em circunstâncias especiais esteja claro que é no melhor interesse da criança.
- Verifique a lei. Apenas as autoridades judiciais podem autorizar a publicação da identidade das crianças em processos judiciais.

Factores a considerar ao entrevistar crianças vulneráveis

- Deve ser assegurado que a criança e o seu tutor expressaram o seu consentimento para a entrevista.
- Use uma linguagem compreensível para a criança.
- Fale com a criança ao mesmo nível físico dela.
- Não julgue a criança durante a entrevista nem expresse algum tipo de choque.
- Evite fazer perguntas que irão provocar dor ou relembrar memórias traumáticas.
- Respeite o direito da criança à dignidade e privacidade, assegurando que não sejam feitas perguntas que a podem comprometer de alguma forma.
- Assegure que todas as medidas são tomadas para ocultar a identidade da criança, caso a sua revelação não seja no melhor interesse dela.
- Assegure que o contexto da história é apresentado de forma fiel e que a criança relata a partir da sua própria perspectiva.
- Sempre que possível, confirme a veracidade do que a criança relatou com outras crianças e adultos.

Alguns dos assuntos que podem ser abordados

- Investigue a situação de violência, abuso sexual e exploração das crianças. Será que as autoridades estão a monitorar a situação e a publicar dados correctos?
- Investigue até que ponto as autoridades policiais, trabalhadores sociais, professores, profissionais de saúde, etc, estão devidamente treinados para lidar com situações de violência, abuso e exploração de crianças.
- Como está a confidencialidade, protecção, apoio e aconselhamento a ser providenciado?
- Investigue a eficácia das medidas para prevenir o abuso das crianças, a prostituição infantil, e para proteger as crianças da pornografia.
- Considere a natureza de género da violência, abuso sexual e exploração das crianças.
- Que sistemas e instituições protegem crianças vítimas de violência, abuso e exploração?
- São os adolescentes e jovens mais propensos a se tornarem vítimas ou perpetradores da violência?
- São os direitos das crianças, adolescentes e jovens actores ou suspeitos de crime protegidos e monitorados?
- Como é que as crianças encaram a polícia?
- Como é que a polícia trata as crianças, especialmente as crianças desamparadas, particularmente as detidas como suspeitas?
- Como são os juizes, advogados, oficiais da polícia e das prisões formados? Terão noção dos direitos das crianças?
- Será que o sistema judicial está focalizado na reabilitação das crianças, adolescentes e jovens?
- Investigue o número de crianças em todas as formas de custódia em serviços assistenciais e correcionais, e as condições em que são mantidas. São estes serviços adequados e efectivos?

Como é feita a cobertura do tráfico, abuso e exploração de menores pelos media no país?¹

Media observados

Jornais Notícias, Diário de Moçambique, Domingo, Savana, Zambeze, O País.

Período de observação

01 de Janeiro de 2007 a 05 de Junho de 2007

Principais constatações

Assuntos reportados pela imprensa

Apesar da crucial importância de se abordar e denunciar casos de tráfico, abuso e exploração de menores no país, foi notada muito pouca cobertura destes assuntos. Foram apenas encontrados:

- 4 artigos sobre o tráfico de menores (2 no jornal Notícias e 2 no jornal Diário de Moçambique)
- 2 artigos sobre rapto de menores, sem que esteja claramente associado ao tráfico de menores (1 no Notícias e outro no Diário de Moçambique)
- 1 artigo sobre criança em conflito com a lei
- 5 artigos sobre o trabalho infantil no país, ou país e região austral (2 no jornal Notícias e 3 no Jornal Diário de Moçambique)
- 2 artigos sobre violação, abuso ou assédio sexual (1 no jornal Domingo e 1 no jornal Notícias)
- 1 artigo sobre a gravidez na escola (Diário de Moçambique)
- 1 artigo sobre a situação da criança na rua (Notícias)
- 1 artigo abordando a questão da violência, tráfico, abuso e exploração da criança no geral (jornal Notícias)

Um número considerável de assuntos directamente relacionados com a violência, tráfico, abuso e exploração de menores não tem sido investigado e trazido a conhecimento público pela imprensa. Veja-se no anexo II a lista dos artigos publicados pela imprensa observada para efeitos desta análise.

¹ Esta análise não é científica nem exaustiva, mas ilustra as tendências da cobertura jornalística sobre esta matéria, para uma reflexão entre os profissionais de informação.

Como foram abordados os assuntos reportados

- **A maioria dos artigos resultaram de eventos associados ao tema**, como conferências, seminários de formação, celebrações do Dia Internacional da Criança, e outros, sendo a principal fonte alguns dos participantes chave desses eventos. Poucos são os artigos resultantes de investigação iniciada pelo jornal. Talvez assim se explica a razão dos artigos não só aparecem esporadicamente – contrariamente à dimensão do problema no país – e, quando tal acontece, aparecerem vários sobre o mesmo tema na mesma data ou em datas muito próximas.
- **Os artigos não procuram ser abrangentes.** Os artigos tendem a focalizar apenas uma dimensão da questão, geralmente a apresentada pela fonte principal, mas não exploram as outras dimensões e implicações, não se procura contextualizar com os dados disponíveis sobre a situação de vulnerabilidade das crianças no país, incluindo a situação da legislação e políticas nacionais e acções apoiadas pelos vários parceiros de protecção da criança, nem se procura incluir exemplos de casos reais.
- **Apenas alguns artigos incluíram declarações das crianças afectadas.** Não obstante, nalguns casos em que elas tiveram espaço para falarem da sua própria realidade, não houve preocupação de proteger a sua identidade, tendo sido indicados os nomes reais e mostrado o seu rosto (Veja-se exemplo de alguns artigos sobre trabalho infantil).
- **A grande maioria dos artigos não aborda a dimensão do género na violência, tráfico, abuso e exploração de crianças.** Somente nalguns casos é feita esta abordagem (Veja-se exemplo de artigo sobre assédio sexual das raparigas nas escolas).

Como foi a ilustração fotográfica dos assuntos reportados

- A maioria dos artigos não foi acompanhada por ilustração fotográfica.
- Notou-se que nalguns casos as fotografias ilustravam a fonte da notícia (geralmente pessoa adulta) e não o assunto retratado.
- Houve artigos abordando casos de trabalho infantil, em que as crianças sujeitas a esta situação foram identificadas no texto e nas fotografias ilustrando os seus rostos.
- Houve pelo menos um caso de ilustração de texto sobre trabalho infantil, com fotografia de crianças cuja identidade é visível em algumas delas, sem que a legenda esclareça o contexto em que a fotografia foi tirada.

Alguns exemplos para debate

Exemplo de uma notícia não abrangente

Uma notícia reporta dados do Ministério do Interior indicando que em 2006 foram vítimas de violação sexual 284 crianças, 401 mulheres, 8 homens. Inclui comentário do Procurador Geral da República em como a situação abala as estruturas psíquicas das crianças vítimas, podendo marca-las negativamente para o resto da vida, para além de lhes causar a morte. O artigo não é mais desenvolvido para outras dimensões da situação de abuso sexual das crianças, incluindo circunstâncias, causas e medidas em curso, por exemplo. (“Mais de 200 crianças foram violadas sexualmente em 2006”, *Domingo*, 22/04/07). Veja o artigo completo no Anexo II, na página 13.

Exemplo de uma notícia que procura ser abrangente

Uma notícia aborda o assédio sexual de raparigas pelos seus professores nas escolas em Muecate e as acções de resposta desencadeadas pela escola e pela comunidade. O artigo reporta casos reais de assédio de raparigas, e faz uma correlação com a fraca frequência da rapariga nas escolas. Apresenta dados estatísticos comparando o número de rapazes e raparigas que ingressaram no ensino primário nos últimos dois anos, e aponta as principais causas do fraco acesso das raparigas à escola. O artigo procura apresentar vários aspectos e dados da situação das raparigas na educação. Todavia, outros assuntos poderiam ser abordados ou questionados no artigo, como a eficácia das medidas adoptadas, por exemplo. (“Desencorajando assédio sexual: Muecate não quer professores solteiros”, *Notícias*, 06/03/07). Veja o artigo completo no Anexo II, na página 14.

Exemplo de exposição da identidade de menores em situação de trabalho infantil

Um artigo aproveita a celebração do Dia Internacional da Criança para chamar a atenção para os direitos da criança ao acesso à educação, protecção contra toda a forma de abandono, exploração e trabalho infantil. O artigo cita declarações de 3 menores dos 12 aos 16 anos sobre a sua exposição ao trabalho infantil para ajudar no sustento das suas famílias, e o impacto desta actividade na frequência escolar. A identidade dos menores entrevistados é revelada pelos seus próprios nomes, bairro em que residem, escola e classe que frequentam, local aonde costumam permanecer, e fotografias mostrando o seu rosto. (“Ser criança num país pobre. - Menores há que vendem água nos cemitérios e outros, sobretudo órfãos, ignoram a história da família”, *Diário de Moçambique*, 01/06/07). Veja o artigo completo no Anexo II, na página 15.

Exemplo de exposição da identidade visual de menores em conflito com a lei

Não se encontrou na análise da imprensa aqui observada (de 1 de Janeiro a 5 de Junho de 2007) nenhuma fotografia expondo a identidade de crianças em conflito com a lei. No entanto, casos destes por vezes ocorrem.

Por exemplo, em 2006, um artigo reportou sobre a situação das crianças em prisões. Foram citadas declarações de uma funcionária do Ministério do Interior, que afirmava que um total de 7012 crianças encontravam-se detidas ilegalmente nas cadeias do país até 2002. Indicava o artigo que mais de 10 mil menores em conflito com a lei poderiam estar irregularmente detidos nas cadeias do país em 2006, estando em penitenciárias com perigosos cadastrados e sem programa de reabilitação. O artigo é ilustrado com uma fotografia que se afirma ser do interior de uma prisão, mostrando rostos de menores encarcerados juntamente com adultos. A legenda dizia “Menores detidos numa prisão juntamente com adultos”. (“Nas cadeias do país: Dez mil crianças podem estar ilegalmente detidas”, *Notícias*, 19/08/06). Veja o artigo completo no Anexo II, na página 16.

Exemplo de exposição da identidade de menores vítimas de violência

Não se encontrou na análise da imprensa aqui observada (de 1 de Janeiro a 5 de Junho de 2007) nenhuma fotografia expondo a identidade de crianças vítimas de violência. No entanto, casos destes por vezes ocorrem.

Por exemplo, em 2006, um artigo reportou o caso de um menor de 14 anos que era frequentemente espancado pelo seu pai até sofrer lesões que o impossibilitavam de caminhar normalmente. O jornal cita declarações da polícia, da mãe da criança e do pai agressor.

Todavia o artigo não só indica a identidade do menor e o seu lugar de residência, como é ilustrado por uma fotografia da criança agredida no qual ela está apenas de roupa interior, mostrando o seu rosto e corpo aparentemente com lesões. (“Violência de pai para filho gera protestos na Malanga”, *Notícias*, 01/03/06). Veja o artigo completo no Anexo II, na página 17.

Exemplo de artigos sobre menores em situação de exploração sexual cuja identidade visual é ocultada

Não se encontrou na análise da imprensa aqui observada (de 1 de Janeiro a 5 de Junho de 2007) o uso de fotografias de menores para ilustrar casos de abuso sexual, em que a sua identidade visual (rosto) tenha sido ocultada.

No entanto, existem casos anteriores que ilustram esta preocupação por parte do jornal. Por exemplo, em 2006 um artigo abordou a ocorrência de prostituição na localidade de Mavuco, distrito de Moma, província de Nampula, envolvendo mulheres dos 16 aos 24 anos. Uma das várias fotografias que ilustram a reportagem, mostra 4 raparigas ou mulheres cujas idades e nomes não são indicados – o artigo indicava que tinham entre os 16 e os 24 anos. Os seus rostos foram, no entanto, parcialmente obscurecidos pelo jornal com barras brancas, para ocultação da sua identidade visual. (“Prostituição por “encomenda!” – Fenómeno está na origem dos incêndios sistemáticos em Mavuco, numa zona em que as hipóteses de preservativo são remotas e não há um único GATV”, *Notícias*, 17/11/06). Veja o artigo completo no Anexo II, na página 18.

Exemplo de uso de fotografias de raparigas menores para ilustrar artigo sobre tráfico de crianças, sem que esteja clara a relação entre a fotografia e o artigo

Não se encontrou na análise da imprensa aqui observada (de 1 de Janeiro a 5 de Junho de 2007) o uso de fotografias de menores para ilustrar casos de tráfico e exploração sexual de crianças.

Por exemplo, em 2006, um artigo referiu que uma acção policial teria libertado de prostíbulos infantis na África do Sul várias raparigas menores, algumas delas com menos de 10 anos. Indica o artigo que algumas delas eram Moçambicanas. O artigo refere-se às redes de tráfico de menores baseadas nas regiões fronteiriças entre Moçambique, Suazilândia e África do Sul. O artigo é ilustrado com uma fotografia mostrando o rosto de duas menores, sorrindo, sem nenhuma legenda indicando o contexto em que a fotografia foi tirada e a possível associação das raparigas menores com o descrito no artigo. (“Tráfico de meninas: Um negócio de biliões”, *O País*, 01/12/06). Veja o artigo completo no Anexo II, na página 19.

Exemplo de uso de fotografias de crianças para ilustração de artigo sobre trabalho infantil, sem que esteja claro o contexto real em que a foto foi tirada e a sua associação directa com o conteúdo do artigo.

Um artigo reporta o início de um curso de capacitação de técnicos de Planificação e Estatísticas do Trabalho em matérias de recolha e processamento de dados sobre o trabalho infantil. O artigo cita declarações do Chefe do Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho sobre os resultados de um estudo sobre o trabalho infantil em 8 províncias do país, realizado em 2000 pelo Ministério do Trabalho. São mencionadas algumas formas comuns de trabalho infantil no país e seu impacto no desenvolvimento das crianças, e as acções a serem desenvolvidas pelo Ministério do Trabalho para travar o trabalho infantil. O artigo é ilustrado com uma fotografia mostrando 4 crianças conversando, uma delas com um fardo na cabeça. A legenda da fotografia não indica que esta tenha sido tirada em claro contexto de trabalho infantil, mas associa as crianças ilustradas ao assunto. O rosto de pelo menos duas das crianças é visível (“Sinais alarmantes de trabalho infantil”, *Diário de Moçambique*, 20/02/07). Veja o artigo completo no Anexo II, na página 20.

Alguns recursos úteis

Publicações

- *All sides of the story – Reporting on children: a journalist's handbook* (Published by UNICEF and Media Monitoring Project 2003)
http://www.unicef.org/southafrica/resources_706.html
- *Children's Rights and the Media: A resource for journalists* (Produced by Soul City with support from UNICEF) http://www.unicef.org/southafrica/resources_706.html
- *Child Rights and the Media – Putting Children in the Right: Guidelines for Journalists and Media Professionals* (Published by the International Federation of Journalists with the support of the European Commission)

Web site

- http://www.unicef.org/media/media_tools_guidelines.html

ANEXO I

Lista dos artigos publicados pela imprensa observada para efeitos desta análise

Tráfico de menores

- “SADC discute tráfico de menores”, *Notícias*, 28/03/07
- “Nada justifica o tráfico de crianças”, *Diário de Moçambique*, 28/03/07
- “Devido a dificuldades na aplicação e implementação de leis: Combate ao tráfico de menores continua frágil em Moçambique - defende Abdul Carimo, da FDC”, *Diário de Moçambique*, 08/02/07.
- “Tráfico e abuso de menores: Problema não é da Lei mas a sua implementação - defende FDC, que assumiu ontem a presidência da rede da Africa Austral sobre a matéria”, *Notícias*, 08/02/07.

Rapto de menores

- “Desaparecimento misterioso de crianças agita Dondo”, *Diário de Moçambique*, 08/03/07.
- “Rapto e abandono de menores: fenómeno estranho regista-se na Matola”, *Notícias*, 26/02/07.

Criança em conflito com a lei

- “Crianças e Justiça: matéria de estudo”, *Notícias*, 14/04/07.

Trabalho infantil

- “Filhos de emigrantes no Zimbabwe: Milhares de crianças moçambicanas na condição de sem nacionalidade”, *Diário de Moçambique*, 28/05/07.
- “Trabalho Infantil debate-se em Maputo”, *Notícias*, 08/03/07.
- “Sinais alarmantes de trabalho infantil”, *Diário de Moçambique*, 20/02/07.
- “Prepara-se novo estudo sobre trabalho infantil”, *Notícias*, 20/02/07.
- “Ser Criança num país pobre. - Menores há que vendem água nos cemitérios e outros, sobretudo órfãos, ignoram a história da família”, *Diário de Moçambique*, 01/06/07.

Assédio e abuso sexual:

- “Mais de 200 crianças foram violadas sexualmente em 2006”, in *Domingo*, 22/04/07.
- “Desencorajando assédio sexual: Muecate não quer professores solteiros”, *Notícias*, 06/03/07.

Gravidez na escola

- “Lichinga: diminuem casos de gravidez na Escola Secundária de Amizade”, *Diário de Moçambique*, 28/05/07.

Criança na rua

- “Meninos da Rua não conhecem significado do Dia da Criança”, *Notícias*, 01/06/07.

Violência, tráfico, abuso e exploração da criança no geral

- “Pais base de protecção dos direitos da criança - Virgília Matabele, falando em Inhambane, por ocasião do 1 de Junho”, *Notícias*, 02/06/07.

ANEXO II

Extractos de artigos anteriormente referidos como exemplos para debate

Domingo, (22-04-07), pág. 5/32

Mais de 200 crianças foram violadas sexualmente em 2006

Estatísticas cedidas pelo Ministério do Interior indicam que no ano passado foram vítimas de violação sexual 284 crianças, 401 mulheres e oito homens, sem contar com outras formas de criminalidade sexual, como sejam o estupro (614 casos) e o atentado ao pudor (403).

E acordo com o Procurador-Geral da República estes números reportam situações que transpiraram para fora, pois estes são crimes de difícil policiamento.

A situação é preocupante porque abala as estruturas psíquicas das crianças vítimas deste delito, podendo marcá-las negativamente para o resto da vida, quando não lhes causar a morte, como em alguns casos aconteceu. É preciso cerrar fileiras contra este mal que já constitui problema de saúde pública, apelou Joaquim Madeira.

Desencorajando assédio sexual

Muecate não quer professores solteiros

A POPULAÇÃO do distrito de Muecate, no interior da província de Namúbia, está a re-provar a colocação de professores solteiros naquela região. É que, segundo diz, tal situação tem estado muitas vezes na origem de episódios relacionados com assédio sexual.

Como forma de contornar o problema, as autoridades administrativas estão desde meados do ano passado a intimar os 387 professores ali existentes para regularizarem o seu estado civil.

Carlos Amade, administrador do distrito, explicou-nos que para avaliar até que ponto a manifestação das comunidades estava coberta de legitimidade, foi feito um estudo que permitiu concluir, na maior parte dos casos de assédio sexual contra

as alunas, que envolvia os próprios professores.

Aliás, recentemente, os serviços distritais de Educação e Cultura decidiram rescindir o contrato de trabalho com o professor afecto à escola secundária local, porque um encarregado de educação queixou-se do envolvimento do referido professor com a sua filha.

"As normas são muito claras sobre esta matéria", disse-nos Zacarias Jemus, chefe da Secção Pedagógica junto dos Serviços Distritais de Educação, em Muecate.

Jemus vê essa manifestação popular como resultado do despertar da consciência dos pais e encarregados de educação para a necessidade não só da escolarização da rapariga, como

também da "protecção" contra algumas situações que ele considerou de risco.

Questionado a fazer um balanço sobre o grau de aceitação da medida de regularização do estado civil de cada um, sabido que aquando da sua divulgação e obrigatoriedade de cumprimento em meados do ano passado houve algumas resistências por parte de alguns professores, a fonte disse que a mesma estava sendo bem acatada.

"De facto é muito positivo, não só para corrigir eventuais casos de envolvimento de professores com algumas alunas, como também para a organização do próprio funcionário, se tivermos em conta aquilo que são as nossas tradições culturais, as quais rezam que um homem

não casado ainda não cresceu perante a sociedade", disse a fonte.

Segundo ficamos a saber, dos 387 professores em serviço no distrito, apenas duas dezenas ainda "acatou" a medida. "Não é por má-fé, é que se trata de jovens contratados este ano, penso que acabarão percebendo a legitimidade da manifestação das populações", disse.

MESMO SEM ASSÉDIO SEXUAL ACESSO DA RAPARIGA É FRACO

O distrito de Muecate é um dos beneficiários do projecto de patrocínio à criança, promovido pela organização não-governamental Visão Mundial, que tem por objectivo encorajar o acesso

da rapariga ao ensino através da distribuição de material escolar, cabaz mensal de alimentos com vista à sua retenção no banco das escolas.

Dos 43 mil alunos matriculados nos dois níveis de ensino primário do primeiro e segundo graus nos últimos dois anos, o número de raparigas não foi além de 19 mil ingressos.

Três factores são apontados como estando na origem de tudo, designadamente as enormes distâncias que separam as escolas dos locais de residência, casamentos tradicionais e nalguns casos, por envolvimento de professores com alunas.

"Mesmo sem assédio, o ingresso da rapariga ainda está muito fraco, principalmente no ensino primário do segundo grau" disse a fonte.

Ser criança num país pobre

• Menores há que vendem água nos cemitérios e outros, sobretudo órfãos, ignoram história da família

Por SIMON FRANCISCO

Assinala-se hoje, em todo o país, o Dia Internacional da Criança, uma ocasião para reflexão sobre como se observam os direitos da criança num país afectado por extrema pobreza, realidade que põe a nu a difícil missão de tomar tudo o que se consagrou como bem universal do homem e, em particular, de quem a idade não permite assegurar a sua sobrevivência.

O 1 de Junho é uma data para convívio mas, ao mesmo tempo, para pensar em direitos o acesso à educação, protecção contra toda forma de abandono e exploração nem trabalhar antes de se atingir a idade adequada.

Apesar de conhecidos aqueles e outros indicadores, há muitas crianças, pelo menos na cidade de Maputo, cujos direitos estão a ser atropelados devido à pobreza no seio das famílias moçambicanas a que pertencem.

A violação dos direitos da criança é visível no dia-a-dia, quando se troca a revisão da matéria escolar por pequenos negócios para o auto-sustento e das suas próprias famílias.

Moisés Nhabeto, de 12 anos, é vendedor de água no cemitério da Lhanguene. Mais conhecido por Black-black, nos meandros de negócio, frequenta a 4ª classe na Escola Primária Luís Cabral, no período da tarde, reservando a manhã para vender água para regar as flores nas campas. "Por dia faço cem meticals. Às vezes consigo mais. Uma parte do dinheiro compro roupa e outra, dou à minha família" — disse.

Questionado sobre se o negócio não prejudicava as suas aulas, respondeu negativamente, pois, segundo justificou, dedica todos os sábados e domingos a revisão da matéria escolar.

Black-black tem sete irmãos, dos quais três é que estudam. Ele é o penúltimo filho da casa e o terceiro dos que frequentam aulas. Outros fazem diferentes tipos de negócio para sobrevivência. Os pais estão alguns a praticar agricultura.

Bem informado sobre o 1 de Junho, explica como pretende assinalar hoje esta data: "Vou preparar arroz com salada e peixe para a festa de 1 de Junho na minha escola".

Narciso Adérito, de 16 anos, morador de Zimpeto, por seu turno, dedica-se ao carregamento de sacos e cestos no mercado grossista local, recentemente inaugurado.

Adérito disse que está a frequentar a 3ª classe numa das escolas daquele bairro, no período da tarde. Nos tempos livres, procura fazer algo que lhe possa render algum dinheiro. Desde segunda-feira que está a fazer aquela actividade, ajudando os que compram produto para em compensação receber moedas.

"Consigno ter quarenta meticals por dia. Este valor vou dar à minha mãe, para o bem de nós todos na família" — disse.

O menino tem seis irmãos, quatro dos quais não estudam. Dois destes são mais novos em relação a ele.

Narciso disse ao "DM" que consegue conciliar a escola com os pequenos "biscatos".

Ele não sabe quando é que se celebra o dia da criança. Um outro menor, que não quis revelar o seu nome, de 11 anos, faz o seu dia-a-dia na lixeira de Hulene. Este procura ferro, bronze e outros metais para vender.

"Vou à escola na parte de tarde. Durante a manhã, fico aqui com os meus pais na tentativa de encontrar metais ou sucatas para vender" — explicou.



Moisés Nhabeto, fotografado em Lhanguene

Inhambane acolhe cerimónias centrais

A cidade de Inhambane vai acolher amanhã as cerimónias centrais do Dia Internacional da Criança, a serem orientadas pela ministra da Mulher e da Acção Social, Virgília Matabele.

Segundo um comunicado de imprensa daquele ministério, 1 de Junho é o dia da criança africana (16 de Junho) realizam-se, este ano, sob o lema: "Combatendo o tráfico, o abuso e a exploração de criança, preservamos seus direitos".



Crianças envolvidas no negócio de água no cemitério



Narciso Adérito, carregador no mercado do Zimpeto

Nas cadeias do país

Dez mil crianças podem estar ilegalmente detidas

HÉLIO FILIMONE



Menores detidos numa prisão juntamente com adultos

UM total de 7012 crianças encontravam-se detidas ilegalmente nas cadeias do país até 2002, depois de no ano anterior terem sido identificadas 1355 na mesma situação. Estes dados foram revelados ontem por Lurdes Mabunda, do Ministério do Interior, citando uma pesquisa realizada pela Save the Children Norway, sem no entanto, apontar as condições em que as referidas crianças se encontram aprisionadas. De acordo com a nossa fonte, porque pouco ou quase nada foi feito para inverter o cenário, as cadeias do país poderão estar actualmente com mais de 10 mil

menores em conflito com a lei, todos eles irregularmente detidos. Os menores estão em penitenciárias com perigosos cadastrados, facto que leva as autoridades a acreditarem que não beneficiam de nenhum programa de reabilitação, mas, pelo contrário, aprendem comportamentos mais graves. Apontou que o grupo tem

idades compreendidas entre os 15 e 18 anos. Porque Moçambique ratificou a convenção sobre os direitos da criança, considerado-se menor os que se situam na casa de zero aos 18 anos, o país está a registar anualmente graves situações de irregularidades, ao encarcerar militares de crianças quando muito bem essa situação poderia ser contornada.

Lurdes Mabunda falava no fórum de harmonização, em vista à construção de um centro de reabilitação de menores em conflito com a lei, projectado para a zona de Nhangau, na cidade da Beira, Soáia.

O referido centro será construído de raiz pela Save the Children Norway, em 2007, não tendo sido avançados os valores envolvidos. A sua edificação é o corolário de um memorando de entendimento assinado em tempos por esta ONG e o Ministério do Interior, devendo albergar, numa primeira fase, cerca de 200 crianças de ambos

os sexos não só em conflito com a lei, mas também em contacto com a própria lei.

A organização está disposta a construir e apetrechar o centro, assim como dar o seu contributo durante os primeiros três anos de funcionamento em 75, 50 e 25 por cento, respectivamente, da sua capacidade. Findo este período, o Governo deverá assumir as despesas inerentes à sustentabilidade do mesmo.

"Esta é a melhor saída para resolver o problema, construindo um centro que não só irá acomodar os petizes, mas será também um lugar apropriado que possa garantir a continuidade da sua educação (escolaridade), reabilitação psicológica e social e formação profissional", disse.

Ontem, para além de se ter anunciado a iniciativa, o MINT e a Save the Children Norway discutiram com os restantes integrantes, nomeadamente os Ministérios da Educação e Cultura, da Mulher e Acção Social, Saúde, FGR e o Tribunal de Menores, de modo a colher sensibilidades e contribuições de como o referido centro poderá funcionar. Na mesa das discussões esteve a questão da gestão e sustentabilidade do centro a partir do momento em que a Save the Children Norway se retirar.

O MINT e a Save the Children Norway assinaram em tempos um memorando de entendimento para a construção e apetrechamento de um centro de reabilitação de menores em conflito com a lei.

Violência de pai para filho gera protestos na Malanga

ARNALDO Filipe Mate, desempregado de 50 anos de idade, encontra-se detido desde semana passada pela Polícia em Maputo, acusado de espancar, com frequência, seu filho menor de 14 anos. O comportamento de Mate originou uma vaga de protestos no quarteirão 20 do bairro da Malanga onde reside, ira que atingiu o apogeu com a recente agressão física que deixou o pequeno Edson Mate incapaz de movimentar o seu corpo com a necessária comodidade.

Segundo relatos da Polícia, na última agressão ao menor, Arnaldo Mate terá recorrido não só a socos desferidos pelas suas próprias mãos, como também a um cabo eléctrico previamente preparado para o efeito. Como resultado do espancamento, o menor, carinhosamente tratado por Vanito, arrisca-se a ficar eternamente com manchas no corpo, além de que a mãe, Rossana Chongo, teme que o filho venha mesmo a tornar-se deficiente físico pelo resto da vida.

Rossana Chongo, que para além de Vanito tem outros três filhos com Mate, vive separada deste desde 1996. Segundo ela, o seu antigo esposo sempre foi



O pequeno Vanito em risco de ficar deficiente pelo resto da vida devido aos maus tratos do próprio pai, Arnaldo Mate

pouco carinhoso para com os filhos, acrescentando que aquela não era a primeira vez que violentava o pequeno Vanito de forma exagerada.

Entre choros devido à dor, fome e pânico, Vanito disse à nossa Reportagem que o seu pai não tinha razão de lhe bater como o fez, uma vez que já havia devolvido os 150 mil meticais que reconhece ter retirado da carteira da madrastra sem autorização. O sumiço do referidos 150 contos, esteve na origem da agressão do menor.

Por seu turno, Arnaldo Mate conta que a sua actual esposa, teria notado a falta do aludido dinheiro na sua carteira, tendo de imediato concentrado a suspeita no pequeno Vanito, numa altura em que este se encontrava na escola.

"Fui à escola e pedi para falar com o meu filho. A professora disse que as crianças tinham uma prova por realizar. Mas pedi que o dispensasse, que ele voltaria mais tarde para a sala, depois da nossa

conversa", disse Arnaldo Mate.

Questionado pelo pai, já fora do recinto escolar, Vanito teria confessado ter sido ele quem retirou 100 mil meticais da carteira da madrastra, e não 150 mil conforme a versão contada por Arnaldo Mate. Na ocasião, o pequeno terá devolvido o valor ao pai.

"Bati-lhe porque não voltou para casa à hora habitual. Ele fica a jogar game com os amigos", defendeu-se o pai, para quem o seu filho é "malandro".

A uma pergunta sobre se a sua atitude iria melhorar o comportamento do filho, Mate disse que não sabia.

Enquanto isso, a coordenadora do gabinete de Atendimento da Mulher e Criança na 1ª esquadra da PRM na cidade de Maputo, Maria Supinho, disse não haver nada que possa justificar a atitude de Arnaldo Mate.

Em conformidade com os acontecimentos, o gabinete vai levar o caso ao tribunal, que poderá decidir tirar a guarda de Vanito ao pai.

Prostituição por "encomenda!"

● Fenómeno está na origem dos incêndios sistêmicos em Mavuco, numa zona em que as hipóteses de preservativo são remotas e não há um único GATV

ANTÓNIO MONDLHANE

1. O fenómeno invulgar está a ocorrer em Mavuco, uma localidade do posto administrativo de Cahaua, distrito de Moma, em Namíbia, onde as prostitutas cobram de dia para satisfazer à noite. A prostituição naquela zona praticada a tempo inteiro, por algumas mulheres entre os 16 e 24 anos, dá de diferentes pontos de Moçambique.

Trata-se de uma prática que, segundo a Polícia, está na origem de vários casos de violência que ocorrem naquela zona, onde as casas são incendiadas nas divinas de clientes. A chegada apresenta-se como pessoas que posteriormente são usadas como autômatos. Confirmam relatos recolhidos pela nossa reportagem local.



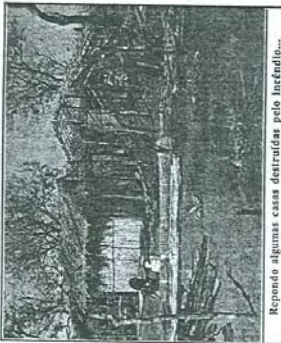
«Não me parece que estejam a assimilar algo sobre o HIV/AIDS», Rosa Albino, da Associação dos Ganimpeiros de Mavuco



Mulheres-da-vida apontadas como causa da violência em Mavuco

durante o dia estas mulheres andam de lado para outro a fazer contactos e recolher dinheiro dos potenciais parceiros sexuais, na perspectiva de satisfazê-los logo à noite. Regra geral, elas não têm tido capacidade humana para cumprir todos os seus compromissos sexuais, o que muitas vezes culmina em zanganas, com os clientes a exigir a repuição do dinheiro ou sexo. A armação tem terminado em desgraça para a aldeia. É que

Alguns dessas mulheres conversaram com a nossa equipa



Reparado algumas casas destruídas pelo incêndio...

virus causador da SIDA. Elas não uníformes em afirmar que raras vezes usam o preservativo nos seus contactos sexuais, porque conforme explicaram, a maior parte dos clientes não aceita este método de prevenção de doenças. "Devíamos tudo ao critério do cliente", referiram.

Aliás, o proprietário de uma das duas barracas onde conseguimos ver preservativos Moçambique para além de naquela localidade disse ser normal ficar uma ou duas semanas sem vender uma única unidade, o que confirma a ideia de que o uso do preservativo na zona não é comum, se se considerar que o lugar alternativo para aquisição do produto não dista a menos de 25 quilómetros, em Cahaua ou Ilute, em Murrupula.

A remelhança dos vários outros lugares recônditos de Moçambique, Mavuco não tem um único Gabinete de Aconselhamento, tendo na ocasião confessado que na verdade se deslocam a Mavuco não para vender comida, mas sim para se dedicar à prostituição, mesmo consistente do risco de contrair o



Delfim André, da Associação dos Ganimpeiros de Mavuco

Não está claro quem faz o quê

A REUNIÃO do posto policial tinha como principal ponto de agenda os incêndios provocados pelas disputas de parceiros sexuais, daí que, segundo sabemos, haviam necessidade de saber que tipo de vida cada mulher e suas famílias levava

Rosa Albino, secretária da Associação dos Ganimpeiros de Mavuco foi uma das promotoras do encontro, para sensibilizar as supostas vendedoras do sexo sobre os males que tem vindo a causar na localidade. "Talvez não tenham sido capazes de compreender a importância de honrar todos os compromissos com os homens", refere Rosa Albino, para quem algumas delas reconhecem

destacadas para Mavuco, as quais se reuniram em grupos de trabalho para discutir os problemas que as mulheres não deviam ser toleradas. "Se isso dependesse de nós elas não deviam receber dinheiro de transporte, porque até atrás um o trabalho dos

casalheiros de pedras preciosas, e os outros de pedras preciosas. Este tipo de mulheres é considerado como sendo a SIDA, pois durante a venda do sexo nem se preocupa em exigir aos parceiros o uso do preservativo. Tal atitude é tida como negligente e irresponsável, pois não se preocupa em garantir a segurança de si mesma e dos seus parceiros. Esta medida foi confirmada pelas autoridades locais e

Tráfico de meninas

Um negócio de bilhões

Moçambique está integrado na rota usada para o tráfico de crianças para a África do Sul para práticas sexuais e produção de material pornográfico. Muitas delas são moçambicanas, fundamentalmente vendidas por traficantes a proprietários de bordéis a preços que variam entre 30 e 50 dólares.

A África do Sul está a emergir cada vez mais como um país de destino no tráfico de crianças para exploração sexual e trabalhos forçados. Há dias, a televisão pública sul-africana, SABC, noticiou que a polícia, depois de uma aturada investigação, desmantelou, em Joanesburgo e Durban, prostíbulos infantis e sindicatos de traficantes, detendo 59 indivíduos de nacionalidade nigeriana e libertando raparigas, algumas das quais com apenas 10 anos de idade. Muitas delas, algumas das quais de nacionalidade moçambicana, tinham desaparecido há mais de 18 meses.

Cerca de 100 crianças são, em média, traficadas mensalmente através da rota Moçambique, Swazilândia e África do Sul, através de várias redes de traficantes que utilizam viaturas de transporte semi-colectivo para passar clandestinamente pela fronteira.

As casas de trânsito

Essas redes têm as suas bases em casas de trânsito estabelecidas nas regiões fronteiriças entre Moçambique, Swazilândia e África do Sul e ainda na zona de Lebombo, onde se faz o recrutamento, alojamento e transferência das raparigas e mulheres.

As viaturas circulam entre Maputo e Joanesburgo várias vezes por semana. As moças, tal como refere o Fórum Educação Cívica, esperançosas em encontrar trabalho na África do Sul, são recrutadas passivamente quando se aproximam dos locais donde partem tais viaturas. Ali, os traficantes seleccionam as jovens que lhes podem conferir melhor preço de venda.



Mas existem outros traficantes estabelecidos em Maputo que também recrutam, de forma activa, jovens para exploração sexual e para trabalhar no sector informal, nos mercados e no comércio sul-africanos.

As trabalhadoras do sexo de Maputo são especificamente recrutadas para serem vendidas a casas de prostituição nas províncias de Gauteng e Kwazulu-Natal. Dados recentes indicam que foram detidos seis indivíduos, em Maputo, por, alegadamente, tentarem traficar pessoas para a África do Sul. Esses homens foram detidos quando tentavam transportar 43 pessoas entre Maputo e Witbank.

As outras províncias

Para além de Maputo e das províncias de Gaza e Inhambane, Nampula é outro centro principal de recrutamento de jovens para a indústria do sexo na África do Sul.

Existem registos de crianças com apenas oito anos de idade a serem transportadas quase diariamente em camiões para a vizinha África do Sul, algumas delas vendidas a indivíduos sul-africanos por entre 30 a 50 dólares individualmente.

Entre os indivíduos envolvidos nesse negócio contam-se proprietários de bordéis, pessoal das forças policiais ou de segurança, para além de sindicatos do crime. Um relatório recentemente apresentado pela organização Molo Songololo sobre o tráfico de pessoas na África do Sul sugere que existem mais de 20 mil crianças trabalhadoras, muitas delas provenientes de Moçambique, trabalhando em farmas sul-africanas.

Um estudo realizado pelo Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane sugere também que cerca de mil moçambicanos são traficados anualmente para a África do Sul.

Enquanto que o tráfico de pessoas para exploração sexual e trabalhos forçados constitui a vasta maioria dos incidentes, existe também um aumento no tráfico de pessoas para a extracção de órgãos (humanos).

Refira-se que em 2003 desapareceram 52 crianças em Nampula, tendo sido encontrados alguns cadáveres sem órgãos e/ou partes do corpo. Numa outra ocasião, após o rapto de um rapaz de nove anos de idade foram detidos, em Chimoio, capital provincial de Manica, três adolescentes. Os órgãos genitais do rapaz tinham sido decepados e postos à venda ao preço de 160 milhões de meticais (da antiga família). Em Maputo, algumas mulheres denunciaram o rapto de seus filhos por vizinhos e após uma operação desencadeada conjuntamente pelas polícias moçambicana e sul-africana foram recuperados e trazidos de volta para Moçambique.

“
Entre os indivíduos envolvidos nesse negócio contam-se proprietários de bordéis, pessoal das forças policiais ou de segurança, para além de sindicatos do crime
”

Negócio lucrativo

Entendidos dizem que o tráfico de pessoas tem uma base económica, social e política complexa, ligada a processos amplos e globais. Não é simplesmente um problema social ou moral que deve ser tratado com iniciativas fortuitas, uma vez que essas não abordam a pobreza ou as questões relacionadas com a vulnerabilidade.

O tráfico é uma preocupação do desenvolvimento que requer uma abordagem equilibrada e integrada a vários níveis.

Este é um negócio altamente lucrativo. As estimativas de lucros situam-se entre sete e 10 bilhões de dólares por ano. As redes do crime organizado envolvidas no tráfico de pessoas são altamente estruturadas, flexíveis e reagem positivamente às exigências do mercado.

No caso particular de Moçambique, a falta de legislação para apoiar os esforços de combate ao tráfico continua a providenciar oportunidades para os traficantes actuarem e fortalecerem as suas ligações a nível nacional e internacional. ■

Sinais alarmantes de trabalho infantil

Por LEONILDO BALANGO

O Governo moçambicano vai fazer este ano um levantamento estatístico de crianças envolvidas em trabalho infantil no país, numa acção que visa apurar dados sobre o fenómeno, de modo a serem desencadeadas acções para minimizar a situação, considerada alarmante.

Para o efeito, teve início ontem, em Maputo, um curso de capacitação da técnicos do Ministério do Trabalho em matérias ligadas à recolha e processamento de dados sobre o trabalho infantil no país e em planificação e orçamentação.

De acordo com o chefe de departamento de Estatística daquele ministério, Armino Maboce, no ano 2000 o Governo, em colaboração com a UNICEF, levou a cabo um diagnóstico sobre este fenómeno em oito províncias do país, envolvendo cerca de 700 crianças nessa situação, com idades compreendidas entre sete e 17 anos, com vista a apurar o tipo de actividades em que são envolvidas.

Disse que o diagnóstico constatou que essas crianças estavam envolvidas em actividades como agricultura, comércio e trabalho doméstico. Além disso, descobriu-se também que haviam muitas raparigas envolvidas em actos de prostituição.

Explicou que até ao momento, o país não tem dados concretos sobre o número de menores envolvidos em tais actividades, mas frisou que este fenómeno é impulsionado pela condição da pobreza em que está mergulhada a maior parte dos moçambicanos.

Segundo ele, é muito difícil distinguir o fenómeno de trabalho infantil no país, uma vez que há

aqueles crianças que trabalham para reforçar os rendimentos da família ou para sustentar seu irmãos mais novos.

"Mas há também outras que exercem actividades consideradas como trabalho infantil, uma vez que realizam actividades para alguém e são pagas. Além disso, esse trabalho não permite que frequentem a escola"— disse.

Acrescentou que esses casos ocorrem normalmente no sector informal e em locais onde a intervenção dos órgão de administração de trabalho tem tido limitações de acesso.

No ano passado, o Ministério do Trabalho desenvolveu uma estratégia de combate às piores formas de trabalho infantil, a qual foi entregue a várias organizações não-governamentais com iniciativas de apoiar crianças trabalhadoras.

Disse que essas organizações apoiam as crianças com facilidades de ingressar na escola, fornecimento de material escolar, lanche e outras.

Um estudo da Organização Mundial do Trabalho, efectuado em 2005, estima em cerca de 246 milhões de crianças envolvidas em trabalho infantil. Destes 117 milhões são obrigadas a efectuar trabalhos perigosos, como a mineração, prostituição, entre outros.

Na capacitação, que decorre até o dia 25 do mês em curso, participam 30 quadros de planificação e estatística do trabalho, afectos às direcções provinciais dos Institutos Nacionais de Segurança Social e do Emprego e Formação Profissional. O curso conta com a participação de representantes da Embaixada de Portugal e do UNICEF, em Moçambique.



Terá lugar em breve o levantamento estatístico sobre o trabalho infantil em Moçambique

